

AES Tietê Eólica S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

AES Tietê Eólica S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Eólica S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AES Tietê Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ressarcimento ativo e passivo nos contratos de geração de energia eólica

Veja a Nota 13 das demonstrações contábeis consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta em suas demonstrações contábeis consolidadas, saldos de ressarcimentos ativos e passivos por déficit ou excedente de geração oriundos de contratos nesta modalidade, os quais são apresentados nas rubricas de ressarcimento, cuja contrapartida é a rubrica de receita de fonte eólica. O cálculo da mensuração dos saldos de ressarcimento ativo e passivo da parcela variável da receita de fonte eólica, envolve substancialmente dados baseados em (i) informações históricas, como o volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como o volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como o IPCA e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças.</p> <p>As variações de geração de energia e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita oriunda de referidos contratos, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações contábeis. Em função do exposto acima, e da complexidade dos principais dados utilizados na mensuração dos ressarcimentos ativos e passivos e, conseqüentemente, do reconhecimento da parcela variável da receita de fonte eólica, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação da precisão matemática do cálculo da mensuração dos saldos relativos a ressarcimentos ativos ou passivos, e conseqüentemente, da parcela variável da receita de venda de energia elétrica;- Avaliação dos principais dados utilizados no cálculo, incluindo o volume (MWh) e os preços previstos nos termos contratuais, os índices de atualização (IPCA), o volume de geração de energia efetiva (MWh) e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças, através do confronto com informações disponibilizadas ao mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e- Avaliação se as divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do ressarcimento ativo e passivo nos contratos de geração de energia eólica, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de maio de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020	
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	927	900	4.812	5.380	11	755	196	6.122	7.214
Investimentos de curto prazo	4	96.307	79.191	238.085	300.878	12	39.152	39.908	39.152	39.908
Contas a receber de clientes	5	-	-	32.576	66.567		-	-	3.164	2.362
Conta de ressarcimento	13	-	-	345	281		54	18	1.232	1.232
Estoques	6	-	-	8.754	7.250	15	604	702	604	702
Tributos e contribuições sociais compensáveis		562	193	1.492	822	13	-	-	117.445	70.952
Dividendos a receber	15	736	873	-	-	17	-	-	248	372
Cauções e depósitos vinculados	7	27.104	-	27.104	-	14	75	48	367	304
Outros créditos		-	-	2.601	1.623		-	-	108	1.548
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		125.636	81.157	315.769	382.801		40.640	40.872	168.442	124.594
ATIVO NÃO CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Conta de ressarcimento	13	-	-	288	3.351	12	66.549	96.003	66.549	96.003
Tributos e contribuições sociais compensáveis		3.456	3.620	3.457	3.620	13	-	-	43.869	25.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	5.222	2.979	8	-	-	1.121	2.060
Outros tributos diferidos		-	-	6.189	3.531		-	-	1.329	2.441
Cauções e depósitos vinculados	7	-	57.127	58	57.167		-	-	213	461
Partes relacionadas	15	371.490	459.249	-	-	14	507	399	28.864	28.122
Investimentos	9	924.157	1.070.327	-	-	15	-	31.689	-	31.689
Imobilizado, líquido	10	546	416	1.320.549	1.383.153	17	-	-	182	-
Intangível, líquido		223	279	1.156	1.532	16	-	-	24.307	23.766
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.299.872	1.591.018	1.336.919	1.455.333		67.056	128.091	166.434	210.328
TOTAL DO ATIVO					TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.425.508	1.672.175	1.652.688	1.838.134		1.241.382	1.348.868	1.241.382	1.348.868
							16.948	16.948	16.948	16.948
							9.588	67.905	9.588	67.905
							49.894	69.491	49.894	69.491
						18	1.317.812	1.503.212	1.317.812	1.503.212
							1.425.508	1.672.175	1.652.688	1.838.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	19	-	-	248.302	265.121
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	-	-	(169.309)	(170.228)
LUCRO BRUTO		-	-	78.993	94.893
Gerais e administrativas	21	(2.577)	(1.755)	(5.074)	(117)
Outras despesas e receitas operacionais		(71)	(35)	(155)	(548)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(2.648)	(1.790)	(5.229)	(665)
Resultado de equivalência patrimonial	9	73.472	91.930	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		70.824	90.140	73.764	94.228
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		5.923	2.936	16.753	14.279
Despesas financeiras		(23.696)	(19.188)	(27.319)	(23.148)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	22	(17.773)	(16.252)	(10.566)	(8.869)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		53.051	73.888	63.198	85.359
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(13.329)	(10.991)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	3.182	(480)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	23	-	-	(10.147)	(11.471)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		53.051	73.888	53.051	73.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	53.051	73.888	53.051	73.888
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	53.051	73.888	53.051	73.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		494.459	16.948	3.242	60.968	-	-	575.617
Aumento de capital		854.409	-	-	-	-	-	854.409
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	73.888	73.888
Constituição de reserva legal		-	-	3.695	-	-	(3.695)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(702)	(702)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	69.491	(69.491)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.348.868	16.948	6.937	60.968	69.491	-	1.503.212
Deliberação de dividendos adicionais		-	-	-	(60.968)	(69.491)	-	(130.459)
Redução de capital		(107.486)	-	-	-	-	-	(107.486)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	53.051	53.051
Constituição de reserva legal		-	-	2.653	-	-	(2.653)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(504)	(504)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	49.894	(49.894)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18	1.241.382	16.948	9.588	-	49.894	-	1.317.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		53.051	73.888	53.051	73.888
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	20 e 21	56	48	83.241	82.221
Juros e atualização monetária sobre debêntures	12	23.112	18.707	23.112	18.707
Juros sobre cauções		(1.517)	(1.433)	(1.518)	(1.435)
Juros sobre investimentos de curto prazo		(4.629)	(1.550)	(11.643)	(5.626)
Juros sobre passivo de arrendamento	14	42	54	2.819	3.102
Apropriação dos custos de transação das debêntures		531	394	531	394
Atualização desmobilização		-	-	541	-
Impostos diferidos		-	-	(6.952)	1.050
Atualização (reversão) da provisão para custos socioambientais		-	-	(372)	224
Baixa de ativo imobilizado		-	-	-	2.161
Resultado de equivalência patrimonial	9	(73.472)	(91.930)	-	-
Variação dos ativos e passivos operacionais		(1.987)	(2.416)	249.854	216.597
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	(12.247)	(10.673)
Pagamentos de juros sobre debêntures	12	(10.244)	(12.172)	(10.244)	(12.172)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		2.950	1.126	8.560	4.146
(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo		(15.793)	(35.726)	65.289	(157.900)
Caixa líquido gerado/(usado) pelas/nas atividades operacionais		(25.074)	(48.188)	301.212	39.998
Atividades de investimentos:					
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	(19)
Dividendos recebidos de controladas		219.779	9.429	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(130)	(279)	(19.121)	(11.615)
Partes relacionadas - ações resgatáveis de controladas	15	87.759	70.032	-	-
Caixa líquido gerado/(usado) pelas/nas atividades de investimentos		307.408	79.182	(19.121)	(11.634)
Atividades de financiamentos:					
Cauções e depósitos vinculados		31.540	7.700	31.523	7.774
Pagamentos de debêntures	12	(42.634)	(36.911)	(42.634)	(36.911)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		-	(82)	(335)	(3.026)
Partes relacionadas - ações resgatáveis	15	(31.689)	-	(31.689)	-
Custo de debêntures (custos de transação e prêmios)	12	(975)	(250)	(975)	(250)
Redução de capital		(107.486)	-	(107.486)	-
Dividendos a pagar	15	(131.063)	(616)	(131.063)	(616)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(282.307)	(30.159)	(282.659)	(33.029)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		27	(165)	(568)	(4.665)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		900	1.065	5.380	10.045
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		927	900	4.812	5.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Eólica S.A. (“Tietê Eólica” ou “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Nova Energia S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”).

Atualmente, a Companhia participa de sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”); outra parte tem sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”). Estas controladas integram o Complexo Eólico Alto Sertão II conforme detalhado a seguir.

Complexo Eólico Alto Sertão II

O Complexo Eólico Alto Sertão II, conforme apresentado, é composto pelas seguintes sociedades de propósito específico (“SPE’s”):

Parque gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/2012	14/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Araçás	3º LEN/2010	241/2011	08/04/2011	07/03/2046	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/2012	15/04/2047	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetité	12º LEN/2011	167/2012	23/03/2012	14/03/2047	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Da Prata	3º LEN/2010	177/2011	28/03/2011	27/03/2046	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Dourados	12º LEN/2011	130/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/2012	11/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Morrão	3º LEN/2010	268/2011	25/04/2011	24/04/2046	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/2012	22/03/2047	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	12º LEN/2011	128/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Seraíma	3º LEN/2010	332/2011	31/05/2011	30/05/2046	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Tanque	3º LEN/2010	330/2011	30/05/2011	29/05/2046	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LEN/2010	161/2011	21/03/2011	20/03/2046	35 anos	2014	14	23,5	10,1
						Total	230	386,1	184,4

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de setembro de 2013 a agosto de 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de janeiro de 2016 a dezembro de 2035.

A comercialização de energia no mercado regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:

Companhia	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	85.760	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	106.784	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	124.848	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	125.846	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	111.988	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			643.702					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	169,18	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	167,84	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	168,13	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	168,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	170,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	168,83	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	168,68	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	166,78	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	166,11	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			907.536					
Total			1.551.238					

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2021	2020
Controladas diretas:				
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 30 de maio de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Critérios de consolidação dos empreendimentos controlados

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) arrendamento;
- (ii) ressarcimento;
- (iii) desmobilização; e,
- (iv) valor justo de instrumentos financeiros.

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as controladas da Companhia possuem provisionado o valor de R\$182 (em 31 de dezembro de 2020 não havia saldo provisionado de processos judiciais).

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

- Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas controladas.

- Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidênciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia e suas controladas detêm uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

3.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia e suas controladas pretendem adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	927	900	4.812	5.380
Subtotal	927	900	4.812	5.380
Investimentos de curto prazo				
CDB	96.307	79.191	238.085	300.878
Subtotal	96.307	79.191	238.085	300.878
Total	97.234	80.091	242.897	306.258

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 98,96% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (96,63% em 31 de dezembro de 2020).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não constituíram PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$32.576 (R\$66.567 em 31 de dezembro de 2020), são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias.

	Consolidado	
	2021	2020
Circulante		
LER 2010 - CCEE	12.286	11.616
LEN 2011 - Distribuidoras	18.009	15.686
LEN2011 - Mercado de curto prazo (i)	2.281	39.265
Total	32.576	66.567

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Consolidado		
	Saldos vincendos	Saldos vencidos Mais de 360 dias	Saldo líquido de PECLD
Circulante			
LER 2010 - CCEE	12.286	-	12.286
LEN 2011 - Distribuidoras	18.009	-	18.009
LEN 2011 - Mercado de curto prazo (i)	-	2.281	2.281
Total	30.295	2.281	32.576

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL.

A Companhia espera que o saldo remanescente vencido acima de 360 dias, no montante de R\$2.281 seja regularizado ao longo de 2022.

As garantias sobre as vendas de energia no curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo.

6 ESTOQUES

Os estoques são compostos principalmente por peças de reposição e materiais utilizados na manutenção do parque eólico, mensurados pelo seu custo de aquisição no reconhecimento inicial e avaliados com base no “preço médio de estoque”.

Quando um item do estoque é baixado, seja para o uso na manutenção do parque eólico ou para reposição de peças que compõem o ativo imobilizado, o seu custo é baixado, pelo “preço médio de estoque”, sendo a contrapartida lançada no resultado como custo de manutenção, ou no ativo imobilizado, em caso de reposição.

O saldo consolidado de estoques, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.754 (R\$7.250 em 31 de dezembro de 2020).

7 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Garantias de financiamento	27.104	-	27.104	-
Total Circulante	27.104	-	27.104	-
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	58	-
Garantias de financiamento	-	57.127	-	57.167
Total Não circulante	-	57.127	58	57.167
Total	27.104	57.127	27.162	57.167

Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações das escrituras de debêntures celebrados entre a Companhia e agente fiduciário, foi firmado o Contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios ("Contrato de Cessão"), administração de contas e outras avenças, obrigando a Companhia a manter determinadas reservas em conta vinculada, durante todo o prazo de vigência do contrato de debêntures, destinando-se ao pagamento das prestações de amortização de principal e dos acessórios.

As garantias de financiamento (reserva debêntures) deve possuir saldo equivalente a duas parcelas de serviço da dívida, paga semestralmente. Em 31 de dezembro de 2021, esses compromissos financeiros foram cumpridos.

Os saldos dos recursos das contas reservas poderão ser aplicados em títulos públicos federais ou em fundos de investimento, ou Certificados de Depósito Bancário, desde que, em todos os casos, as aplicações possuam baixo risco e liquidez diária. No encerramento do ano de 2021 este saldo referia-se basicamente a aplicações financeiras em fundo de investimentos, com rentabilidade média de 98,98% do CDI.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	63.484	63.503
Adições	94.072	94.091
Atualização monetária	1.433	1.435
Baixas e resgates	(101.862)	(101.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.127	57.167
Adições	45.047	45.064
Atualização monetária	1.517	1.518
Baixas e resgates	(76.587)	(76.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.104	27.162

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 19) de suas controladas. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

A expectativa de realização dos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos firmados com a CCEE.

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ diferido	3.391	1.934	728	722
CSLL diferida	1.831	1.045	393	1.338
Total	5.222	2.979	1.121	2.060

Em 31 de dezembro de 2021 a Controladora possuía R\$ 556.183 de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados (R\$ 536.844 em 31 de dezembro de 2020), sendo que não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em função da ausência da expectativa de realização.

9 INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta o investimento da Companhia. Esse investimento é avaliado com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo.

	Controladora	
	2021	2020
Participações societárias permanentes: Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	924.157	1.070.327
Total	924.157	1.070.327

A composição dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Controladas	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro / (prejuízo) do exercício
Centrais Eólicas dos Araças S.A	100%	143.605	54.762	84.994	63.133	3.849
Centrais Eólicas da Prata S.A	100%	88.135	27.070	53.537	42.503	7.528
Centrais Eólicas Morrão S.A	100%	111.534	36.773	66.402	47.811	8.359
Centrais Eólicas Seraíma S.A	100%	119.581	40.724	68.841	49.132	10.016
Centrais Eólicas Tanque S.A	100%	109.326	32.210	69.220	49.636	7.896
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A	100%	86.527	17.580	58.786	38.327	10.161
Centrais Eólicas Ametista S.A	100%	108.530	63.392	47.742	43.515	(2.604)
Centrais Eólicas Borgo S.A	100%	89.359	35.164	47.375	32.053	6.820
Centrais Eólicas Caetité S.A	100%	128.971	51.740	70.500	47.595	6.731
Centrais Eólicas Dourados S.A	100%	107.335	63.572	44.382	42.969	(619)
Centrais Eólicas Espigão S.A	100%	49.973	23.417	24.795	17.777	1.761
Centrais Eólicas Maron S.A	100%	108.521	46.864	59.944	44.507	1.713
Centrais Eólicas Pelourinho S.A	100%	92.922	37.599	48.886	33.998	6.437
Centrais Eólicas Pilões S.A	100%	103.342	41.357	62.723	53.823	(738)
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A	100%	83.373	34.653	42.558	28.567	6.162
Total		1.531.034	606.877	850.685	635.346	73.472

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Controladas	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Dividendo mínimo obrigatório	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos adicionais	Dividendo mínimo obrigatório	31/12/2021
Araçás	84.780	4.996	(47)	89.729	3.849	(4.700)	(36)	88.842
Da Prata	64.582	6.652	(63)	71.171	7.528	(17.562)	(72)	61.065
Morrão	83.459	9.145	(87)	92.517	8.359	(26.036)	(79)	74.761
Seraíma	84.103	9.601	(91)	93.613	10.016	(24.677)	(95)	78.857
Tanque	83.295	9.026	(86)	92.235	7.896	(22.940)	(75)	77.116
Ventos do Nordeste	69.094	9.765	(93)	78.766	10.161	(19.882)	(97)	68.948
Ametista	51.674	2.357	(22)	54.009	(2.604)	(6.267)	-	45.138
Borgo	59.092	6.478	(62)	65.508	6.820	(18.068)	(65)	54.195
Caetité	85.945	10.670	(100)	96.515	6.731	(25.951)	(64)	77.231
Dourados	46.238	698	(7)	46.929	(619)	(2.547)	-	43.763
Espigão	30.734	1.762	(17)	32.479	1.761	(7.667)	(17)	26.556
Maron	65.444	5.984	(57)	71.371	1.713	(11.411)	(16)	61.657
Pelourinho	55.983	6.701	(64)	62.620	6.437	(13.673)	(61)	55.323
Pilões	64.077	2.957	(28)	67.006	(738)	(4.283)	-	61.985
Serra do Espinhaço	50.770	5.138	(49)	55.859	6.162	(13.242)	(59)	48.720
Total	979.270	91.930	(873)	1.070.327	73.472	(218.906)	(736)	924.157

10 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2021				2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	52.105	(13.616)	38.489	40.537
Máquinas e equipamentos	3,6%	1.776.970	(535.385)	1.241.585	1.303.521
Equipamentos de informática, móveis e outros	6,4%	2.941	(657)	2.284	10
Terrenos	-	2.503	-	2.503	2.503
Imobilizado em serviço		1.834.519	(549.658)	1.284.861	1.346.571
Imobilizado em curso (i)		8.832	-	8.832	9.737
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,66%	30.080	(3.224)	26.856	26.845
Total		1.873.431	(552.882)	1.320.549	1.383.153

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$19.941. O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(iii) A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Companhia reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 27 anos, depreciados à taxa de 3,66% a.a.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Consolidado									
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Provisão Desmantelamento	Baixas	Transferências	Outras mutações	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	53.101	-	-	-	(998)	-	52.103	-	2	52.105
Máquinas e equipamentos	1.743.345	-	10.052	(2.973)	9.440	-	1.759.864	-	17.106	1.776.970
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	23	-	-	-	-	-	23	-	2.918	2.941
Terrenos	2.503	-	-	-	-	-	2.503	-	-	2.503
Em curso	2.343	11.378	-	-	(8.442)	4.458	9.737	19.121	(20.026)	8.832
Direito de uso de terreno arrendado	27.281	1.659	-	-	-	-	28.940	1.140	-	30.080
Subtotal	1.828.596	13.037	10.052	(2.973)	-	4.458	1.853.170	20.261	-	1.873.431
Depreciação	(387.590)	(80.567)	(637)	872	-	-	(467.922)	(81.736)	-	(549.658)
Depreciação do direito de uso de terreno arrendado	(1.413)	(682)	-	-	-	-	(2.095)	(1.129)	-	(3.224)
Total líquido	1.439.593	(68.212)	9.415	(2.101)	-	4.458	1.383.153	(62.604)	-	1.320.549

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

11 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores consolidado no montante de R\$6.122 (R\$7.214 em 31 de dezembro de 2020), referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de materiais, serviços e encargos de energia elétrica.

12 DEBÊNTURES

Os saldos de debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

		Consolidado								
		2021								
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva ⁽ⁱ⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a apropriar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	166	23.140	(302)	23.004	24.297	(902)	23.395	46.399
Debêntures - 1ª Emissão (2ª série)	2025	IPCA + 7,87% aa	218	16.220	(290)	16.148	44.026	(872)	43.154	59.302
Total da dívida			384	39.360	(592)	39.152	68.323	(1.774)	66.549	105.701

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

A movimentação das debêntures é como segue:

Consolidado								
Moeda nacional	Saldo Inicial	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de transação	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2020							31.12.2021
Debêntures								
Debêntures	135.911	10.180	12.932	(42.634)	(10.244)	(975)	531	105.701
Total	135.911	10.180	12.932	(42.634)	(10.244)	(975)	531	105.701

Consolidado								
Moeda nacional	Saldo Inicial	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de transação	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2019							31.12.2020
Debêntures								
Debêntures	166.143	12.123	6.584	(36.911)	(12.172)	(250)	394	135.911
Total	166.143	12.123	6.584	(36.911)	(12.172)	(250)	394	135.911

As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Companhia	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
AES Tietê Eólica	146.000	15 de dezembro de 2014	Debênture Infraestrutura	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	47.603 60.484	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

As amortizações das debêntures de primeira e segunda série seguem o cronograma disposto na Escritura da Emissão, sendo que a amortização das debêntures da primeira série teve início em 15 de junho de 2015 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025 e a amortização das debêntures da segunda série tiveram início em 15 de dezembro de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorre em parcelas semestrais, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela Companhia contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a Companhia emitiu debênture de infraestrutura, a qual possui restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo de R\$60.000 na “Conta Reserva Especial da Holding”; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; (v) adimplemento das empresas do grupo econômico perante o Sistema BNDES; e (vi) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

Os financiamentos com debêntures estabelecem que o índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantém o acompanhamento do índice.

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas ao principal das debêntures e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2023	27.467	(616)	26.851
2024	25.733	(616)	25.117
2025	15.123	(542)	14.581
	68.323	(1.774)	66.549

13 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Para o cálculo do ressarcimento, a Companhia utiliza: (i) informações históricas, como o volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como o volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como o IPCA e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 e LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 LER 2009 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009 e LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009 e LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017, LEN 2011 em dezembro de 2019 e o segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

A receita dos Parques Eólicos é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021.

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
CIRCULANTE		
Ressarcimento	345	117.445
Subtotal	345	117.445
NÃO CIRCULANTE		
Ressarcimento	288	43.869
Subtotal	288	43.869
Total	633	161.314

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial 31 de dezembro de 2020	Provisão	Amortização	Saldo final 31 de dezembro de 2021
Ressarcimento	3.632	-	(2.999)	633
Total ativo	3.632	-	(2.999)	633
Ressarcimento	96.738	64.576	-	161.314
Total passivo	96.738	64.576	-	161.314

	Consolidado			
	Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	Provisão	Amortização	Saldo final 31 de dezembro de 2020
Ressarcimento	4.009	-	(377)	3.632
Total ativo	4.009	-	(377)	3.632
Ressarcimento	49.927	47.279	(468)	96.738
Total passivo	49.927	47.279	(468)	96.738

Suspensão de devolução de ressarcimento

Do saldo total de R\$161.314 do passivo de ressarcimento, R\$113.509 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o Constrained-off de usinas eólicas.

O Constrained-off pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao Constrained-off de usinas.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos contabilizados referente ao Constrained-off no passivo de ressarcimento correspondem a R\$113.509, sendo R\$40.464 para o LER 2010 e R\$73.045 para LEN 2011. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões são efetuadas com base nas posições regulatórias vigentes.

14 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas optaram pelo método retrospectivo modificado para adoção inicial ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 10).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia e suas controladas consideraram os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

No reconhecimento inicial, para a determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada a taxa de desconto nominal de 10,08% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor. A taxa de desconto reflete o custo de captação da Companhia. Além disso, foram considerados *spread* bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.691
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	1.659
Encargos financeiros	3.102
Pagamento de principal	(3.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.426
Ingresso	1.140
Encargos financeiros	2.819
Pagamento de principal	(335)
Pagamento de encargos	(2.819)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	29.231

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Consolidado
	Fluxo futuro
CIRCULANTE	
2022	367
Subtotal	367
NÃO CIRCULANTE	
2023	403
2024	443
2025	486
2026	534
2027	586
Após 2027	26.412
Subtotal	28.864
Total	29.231

Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.

Em abril de 2019, partes dos recursos utilizados para liquidação das dívidas antecipadas, foram recebidos da Controladora direta Nova Energia por meio de AFAC, no montante de R\$854.409, foram utilizados para os seguintes resgates antecipados: (i) financiamento com o BNDES, no valor total de R\$653.406; e (ii) financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$245.475.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia e suas controladas são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

16 PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Alto Sertão II. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque. A taxa de desconto adotada foi a taxa Selic de longo prazo de 1,75%. O saldo registrado na rubrica de “Provisão para desmobilização” em 31 de dezembro de 2021 é de R\$24.307 (R\$23.766 em 31 de dezembro de 2020), resultando uma despesa financeira de R\$541.

17 PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Provisão para contingências fiscais

Em 31 de dezembro de 2021 as controladas da Companhia possuem o valor de R\$182 provisionados de contingências de PIS e COFINS.

Provisão para custos socioambientais

Em atendimento ao processo de licenciamento torna-se necessária a provisão do PRAD (Plano de recuperação das áreas degradadas). Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial do parque, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo

imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante o período de operação do parque, utilizando-se a taxa de 8,5% a.a. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da rubrica de “Provisão para custos socioambientais” é de R\$461 (R\$833 em 31 de dezembro de 2020).

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.241.382 (R\$ 1.348.868 em 31 de dezembro de 2020) representado por 600.866.844 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de agosto de 2021, foi deliberado a redução do capital em R\$107.486, sem alteração nas quantidades de ações, mediante a restituição de capital á acionista Nova Energia Holding S.A.

Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

	2021	2020
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal	9.588	6.937
Reserva de investimentos	-	60.968
	<u>9.588</u>	<u>67.905</u>

Destinação do Lucro

De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

O lucro líquido apurado será destinado sucessivamente e nesta ordem, observando o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório, em cada exercício, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal;

- c) O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela AGO.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	53.051	73.888
Constituição de reserva legal (5%)	(2.653)	(3.695)
Base para pagamento de dividendos	50.398	70.193
Destinação:		
Dividendos mínimos obrigatórios	504	702
Dividendos adicionais propostos	49.894	69.491
Total destinado	50.398	70.193

Dividendos declarados

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de dividendos declarados consignados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia é referente à dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 604.

19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado			
	2021		2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$
<u>Geração própria e outras:</u>				
Receita fonte eólica				
Contratos de energia eólicos	1.619.890	310.112	1.905.389	320.176
Ressarcimento de energia	(368.648)	(67.517)	(267.829)	(47.657)
Mercado de curto prazo				
Outros	-	10.393	-	3.806
Partes relacionadas	48.002	11.458	48.002	7.727
Outras receitas	-	-	-	5
Receita operacional bruta	1.299.244	264.446	1.685.562	284.057
Deduções fonte eólica				
PIS/COFINS	-	(9.543)	-	(12.326)
ICMS	-	(6.601)	-	(6.610)
Receita operacional líquida	1.299.244	248.302	1.685.562	265.121

20 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado			
	2021		2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Custo de produção e operação de energia				
Contratos bilaterais	90.429	(8.798)	147.525	(19.036)
Contratos com partes relacionadas	223.626	(11.459)	103.092	(7.726)
Mercado de curto prazo				
SPOT	-	(170)	-	(133)
Outros	-	(335)	-	(108)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	(17.551)	-	(16.513)
Taxa de fiscalização ANEEL	-	(1.439)	-	(1.362)
Subtotal	314.055	(39.752)	250.617	(44.878)
Custo da operação				
Serviços de terceiros	-	(34.134)	-	(32.651)
Material	-	(9.113)	-	(7.817)
Depreciação e amortização	-	(83.437)	-	(82.173)
Seguros	-	(2.355)	-	(1.771)
Arrendamentos e aluguéis	-	(302)	-	(279)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(213)	-	(407)
Outros custos operacionais	-	(3)	-	(252)
Subtotal	-	(129.557)	-	(125.350)
Total	314.055	(169.309)	250.617	(170.228)

21 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Material	(125)	(239)	(1.019)	(439)
Serviços de terceiros	(2.396)	(1.468)	(4.000)	(5.432)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	-	-	-	5.802
Depreciação e amortização	(56)	(48)	(55)	(48)
Total	(2.577)	(1.755)	(5.074)	(117)

22 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	6.094	2.983	13.091	7.061
PIS e COFINS sobre receita financeira	(289)	(137)	(289)	(137)
Outras receitas financeiras	118	90	3.951	7.355
Total	5.923	2.936	16.753	14.279
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(10.711)	(12.123)	(10.711)	(12.123)
Atualização monetária de debêntures	(12.932)	(6.584)	(12.932)	(6.584)
Multas	-	-	(18)	(262)
Arrendamentos	(42)	(55)	(2.819)	(3.102)
Outras	(11)	(426)	(839)	(1.077)
Total	(23.696)	(19.188)	(27.319)	(23.148)
Total líquido	(17.773)	(16.252)	(10.566)	(8.869)

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e as controladas com base no lucro presumido. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 13) de suas controladas diretas. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	-	-	-	-	(8.740)	(4.589)	(7.134)	(3.857)
Diferidos	-	-	-	-	2.066	1.116	(312)	(168)
Total	-	-	-	-	(6.674)	(3.473)	(7.446)	(4.025)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	53.051	53.051	73.888	73.888	63.198	63.198	85.359	85.359
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(73.472)	(73.472)	(91.930)	(91.930)	-	-	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(55.532)	(45.054)	(72.336)	(58.682)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	20.421	20.421	18.042	18.042	19.030	20.445	18.042	18.042
Total das adições (exclusões)	(53.051)	(53.051)	(73.888)	(73.888)	(36.502)	(24.609)	(54.294)	(40.640)
Resultado ajustado	-	-	-	-	26.696	38.589	31.065	44.719
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	-	-	-	-	(6.674)	(3.473)	(7.766)	(4.025)
Outros	-	-	-	-	-	320	-	-
Total da despesa com tributos	-	-	-	-	(6.674)	(3.473)	(7.446)	(4.025)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,6%	5,5%	8,7%	4,7%

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

24.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado				Categoria
			2021		2020		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	4.812	4.812	5.380	5.380	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	238.085	238.085	300.878	300.878	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		32.576	32.576	66.567	66.567	Custo amortizado
Ações resgatáveis - Controladas	6		371.490	371.490	459.249	459.249	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	15		27.162	27.162	57.167	57.167	Custo amortizado
Total			674.125	674.125	889.241	889.241	
PASSIVO (circulante e não circulante)							
Fornecedores	11		6.122	6.122	7.214	7.214	Custo amortizado
Debêntures	12		105.701	106.742	135.911	135.911	Custo amortizado
Ações resgatáveis - Nova Energia Holding S.A	15		-	-	31.689	31.689	Custo amortizado
Dividendos a pagar	15		604	604	702	702	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	14		29.231	29.231	28.426	28.426	Custo amortizado
Total			141.658	142.699	203.942	203.942	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

24.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

24.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e suas controladas no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e suas controladas, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia e suas controladas. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia e suas controladas, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia e suas controladas disponibilizam diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente.

A Companhia e suas controladas ainda contam com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxerem ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4.812	5.380
Investimentos de curto prazo	238.085	300.878
Contas a receber de clientes	32.576	66.567
Total	275.473	372.825

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2021	2020
Debêntures	105.701	135.911
Caixa e equivalentes de caixa	(4.812)	(5.380)
Investimentos de curto prazo	(238.085)	(300.878)
Cauções e depósitos vinculados	(27.162)	(57.167)
Dívida líquida	(164.358)	(227.514)
Patrimônio líquido	1.317.812	1.503.212
Índice de alavancagem financeira	-12,47%	-15,14%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 12.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 12 As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Fornecedores	6.122	-	-	-
Debêntures	-	48.502	61.409	23.807
Total	6.122	48.502	61.409	23.807

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.812
Investimentos de curto prazo	238.085
Debêntures	(105.701)
Total	137.196

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e TJLP, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2021	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,51%	3,77%	5,02%	6,28%	7,53%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(46.399)	(4.784)	(5.413)	(6.037)	(6.667)	(7.291)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(59.302)	(6.273)	(7.079)	(7.878)	(8.684)	(9.484)
Impacto no resultado			(11.057)	(12.492)	(13.915)	(15.351)	(16.775)
Total da exposição líquida			(11.057)	(12.492)	(13.915)	(15.351)	(16.775)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissão de debêntures e empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. A Companhia acompanha seus covenants. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seus contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento,

principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

25 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2021	Consolidado						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	1.275	1.275	1.275	1.275	1.275	24.858	31.233
Manutenção de usinas	78.986	31.381	-	-	-	-	110.367
Encargo de conexão	1.329	1.329	1.329	1.329	1.329	25.911	32.556
Contrato de uso de transmissão (CUST)	17.292	17.292	17.292	17.292	17.292	337.199	423.659
Total	98.882	51.277	19.896	19.896	19.896	387.968	597.815

26 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão de desmantelamento	-	-	541	10.052
Passivo de arrendamento	1.140	-	1.140	-
Dividendos declarados	604	702	604	702

X